

CLIPPING IMPRESSO

25/09/2021



INDICE

| | |
|-------------------------------------|-------|
| 1. ASSESSORIA | |
| 1.1. JORNAL PEQUENO..... | 1 |
| 2. AÇÕES TJMA | |
| 2.1. JORNAL O IMPARCIAL..... | 2 |
| 3. DECISÕES | |
| 3.1. JORNAL EXTRA..... | 3 - 4 |
| 4. DESEMBARGADOR | |
| 4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... | 5 |
| 5. PRESIDÊNCIA | |
| 5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... | 6 - 7 |
| 5.2. JORNAL O PROGRESSO..... | 8 - 9 |

Minimalismo penal e proteção social

JOSÉ LUIZ ALMEIDA

Inquieta a sociedade a veiculação sistemática de notícias sobre reiterações criminosas de meliantes colocados em liberdade, muitos deles traficantes de drogas, integrantes de organizações criminosas ou autores de crimes violentos, a pretexto de serem presumidamente inocentes, descurando-se, nessa perspectiva, de sua perigosidade, o que se traduz, desde a minha compreensão, inaceitável menosprezo ao interesse público.

Em situações tais, mesmo submetido a críticas, não descuro de manter preso quem demonstra propensão para a prática de crime ou, não sendo contumaz, o pratica com violência contra a pessoa, mas sem perder de vista, por óbvio, a densidade, a relevância do *fumus commissi delicti* e do *periculum libertatis*, uma vez que vivemos num Estado Democrático de Direito, sob os auspícios, portanto, do princípio da legalidade.

Nessa linha de pensar – e de atuar –, mesmo sem antecedentes criminais, mesmo sem comprovada recalcitrância, aos criminosos perigosos só excepcionalmente concedo um favor legis, na compreensão de que não se pode deixar de pon-

derar sobre as consequências de colocá-los em liberdade, posto que a sociedade precisa de proteção, que às vezes é mimetizada pelos minimalistas, para os quais vale mais o direito individual que o coletivo.

A minha experiência em face das consequências nefastas à sociedade pela concessão de liberdade a meliantes renitentes e violentos, que propendem a não refluir em suas ações, sabido que não os inibem as medidas cautelares alternativas, tem me conduzido à manutenção das prisões provisórias que se mostrem imprescindíveis (*carcer ante tempus*) à preservação da ordem pública, nada obstante a presunção de inocência, invocada, às vezes equivocadamente, para devolver a liberdade de quem não está a merecê-la.

Todavia, em que pese o quadro de violência que a todos nós apavora, os minimalistas não pensam assim. Nesse sentido, há os que – agora chamados garantistas, como se garantismo se confundisse com impunidade –, mesmo em se tratando de acusados recalcitrantes ou integrantes de perigosas organizações criminosas, preferem a opção pela liberdade, como se a presunção de inocência fosse um passaporte para a criminalidade.

No atual cenário, tenho a nítida compreensão de que a ordem pública exige do magistrado maior rigor no exame dos pleitos que buscam a liberdade de meliantes perigosos, razão bastante para, se for o caso, flexibilizar, em tributo ao cidadão de bem, em respeito à sociedade, o princípio da presunção de inocência, sabido que não existe direito absoluto, mesmo os ditos fundamentais e que eles não existem para proteger quem não tem controle de suas ações criminosas.

Ademais, é preciso ter em mente que os direitos fundamentais devem assegurar a esfera de liberdade individual apenas quando as interferências do poder público forem ilegítimas; e não é ilegítimo manter segregadas pessoas perigosas e resilientes às ações das instâncias persecutórias.

Para os que advogam o minimalismo penal, ou seja, a prisão como *extrema ratio*, lembro, forte nas lições de Claus Roxin, apenas para ilustrar e subsidiar a reflexão, que o Direito Penal – e consectários – é um mal necessário do qual não podemos nos afastar, em face da criminalidade violenta e reiterada.

É isso.

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão
blog: joseluizalmeida.com
E-mail: jose.luiz.almeida@globo.com

Roda Viva

Benedito Buzar bbbuzar@hotmail.com



Voluntários da Memória

A pandemia reinante no Brasil, não impediu o desembargador Lourival Serejo realizar uma louvável gestão na presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, sobretudo no que diz respeito à conservação da memória daquele Poder.

Quem participou do ato de inauguração do Museu do Tribunal de Justiça, na tarde-noite da última quarta-feira, saiu dali empolgado com o trabalho do atual chefe do TJ, principalmente com relação aos documentos e fotos históricos expostos, nos quais a memória da Justiça do Maranhão resplandece em toda plenitude.

Para coroar o belo trabalho do presidente do TJ, deu-se o lançamento do projeto “Voluntários da Memória”, com a finalidade de arrecadar doações que ajudem a contar a significativa história da nossa Corte de Justiça.

Museu do Judiciário

Documentos históricos, judiciais e administrativos, obras de arte, mobiliário e peças audiovisuais e digitais são alguns dos elementos que compõem o museu inaugurado esta semana pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, no antigo Solar dos Veras, na rua do Egito.

O desembargador Lourival Serejo, presidente do TJ, está entusiasmado com essa nova casa de cultura e história.

Segundo ele, há um imenso acervo da Justiça a ser utilizado de agora em diante por estudantes, professores e pesquisadores de diversas áreas.

Livro do Agenor

Há no Museu “Desembargador Lauro de Berredo Martins”, por exemplo, uma farta documentação sobre Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra brasileira.

Lourival Serejo lembrou que em março de 2022 será comemorado o bicentenário de Maria Firmina dos Reis, e que todo o acervo do museu estará à disposição da comunidade para eventuais pesquisas.

Em tempo: o juiz Agenor Gomes prepara para o ano que vem o lançamento de um livro de fôlego sobre a vida e a obra da escritora maranhense, que deve contar com o apoio da Academia Maranhense de Letras.

Século no esquecimento

Publicado originalmente em 1859 por Maria Firmina dos Reis, “Úrsula”, considerado o primeiro romance brasileiro escrito por uma mulher, foi relançado este ano numa edição caprichosa da editora Antofágica.

Um dos expoentes do romantismo brasileiro, a obra, segundo os editores, vem sendo resgatada de um período de mais de um século de apagamento no meio literário.

A edição da Antofágica conta com ilustrações de Heloisa Hariadne, apresentação da multiartista e ativista Preta Ferreira e posfácios assinados por Fernanda Miranda, Régia Agostinho e Conceição Evaristo.

E MAIS...

TJ do MA nega habeas corpus a assassino de sobrinha de Sarney

PÁGINA 8

TJ do Maranhão **nega habeas corpus** a assassino de sobrinha-neta de Sarney



LUCAS PORTO FOI CONDENADO, EM JULHO, A 39 ANOS DE CADEIA PELO ESTUPRO E ASSASSINATO DA CUNHADA

Nesta quarta-feira (22), os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negaram, por unanimidade, um pedido de habeas corpus em favor de Lucas Leite Ribeiro Porto, condenado, em julho deste ano, a 39 anos de prisão pelo estupro e assassinato da publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa, caso de grande repercussão no Estado, ocorrido em 2016.

O habeas corpus pretendia contestar a legalidade de ato expedido pela Procuradoria de Justiça, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, explicou em seu voto que a questão da suspeição

do promotor já havia sido apreciada em processo ajuizado no Primeiro Grau, o qual foi rejeitado e arquivado pelo Juízo de base.

Com base nessa circunstância, de que o pedido de habeas corpus pretendia rediscutir questão de suspeição de promotor, já previamente decidida, o desembargador Luiz Gonzaga negou o pedido.

Em plantão judiciário, o desembargador José Jorge Figueiredo, já havia concedido liminar, negando o habeas corpus pleiteado.

Mariana Costa era sobrinha-neta do ex-presidente José Sarney e foi morta em 13 de novembro de 2016, em seu apartamento, no Turu. O assassino, Lucas Porto, era seu cunhado.

REGIÃO METROPOLITANA

Projeto devolve a vida ao mangue da Ilha

PATRÍCIA CUNHA

Você tem noção de quanto é 400 quilos? Imagina então 400 quilos de resíduos sólidos sendo retirados de dentro de uma área de mangue? Esse foi o saldo da mais recente ação do Movimento Mangue Sem Lixo, projeto realizado por voluntários e coordenado pela Organização Não-Governamental (ONG) Arte-Mojó. Neste sábado, 25, às 11h, na comunidade de Mojó, no município de Paço do Lumiar (MA), acontece outra etapa do Movimento, que é fazer o replantio da vegetação do mangue atingida pelo excesso de lixos em suas raízes.

Desde o mês passado as ações estão sendo realizadas mensalmente com intuito de preservar, conservar e proteger esse bioma já tão depredado e que passa despercebido por muita gente. A primeira ação foi em 2018, mas que foi pausada com a chegada da pandemia causada pela Covid-19. Em agosto passado as ações foram retomadas.

As atividades de catação do lixo do mangue acontecem uma vez por mês, em razão da grande quantidade de lixo depositados nas áreas de manguezais de toda região litorânea da Grande Ilha de São Luís. “Quando a gente não percebe que o perigo está perto a gente deixa como está. Então no reunimos com a comunidade, planejamos, buscamos parcerias, fizemos oficinas, mobilizamos voluntários, estudantes, e decidimos tirar o lixo dali. É um desafio muito grande. É tirar lixo da lama... É remover resíduos sólidos e devolver vida ao ambiente. Por isso, após a catação que a gente fez mês passado, vamos replantar toda a área que limpamos. Na primeira ação, que foi no dia 18 de agosto catamos 200kg e na seguinte, 400”, disse Graça Soares, artista, ambientalista, fundadora e presidente da ONG Arte Mojó.

O mangue é de extrema importân-

cia para o meio ambiente, pois possui equilíbrio ecológico favorável para o desenvolvimento de várias plantas, aves, peixes e crustáceos, principalmente no período da reprodução. Serve também de alimentação para animais por meio dos detritos em suspensão nas águas, que são compostos principalmente por fragmentos de folhas de mangue, formando a base alimentar de diversas espécies de caranguejos, camarões e peixes, além de ser propício para o desenvolvimento do turismo ecológico. Também é meio de vida para várias pessoas.



Graça Soares diz que no caso da área em questão, o lixo acumulado vem de longe e que as pessoas precisam ter consciência ambiental. “Mojó é um lugar estratégico. As correntes marinhas trazem o lixo de longe e com o redemoinho que é feito ele desce. O perigo é que a gente não vê esse movimento e já se percebe a escassez de peixes, que é fonte de alimento para muita gente ali. Com a catação, o mangue fica limpo. A água já está se movimentando de novo. O mangue é o bioma de uma importância vital.

Proteger os manguezais é uma ação de poucos, mas que a gente tem que fazer e tem que ter ajuda do poder público. Uma ação vai puxando outra” disse Graça. O próximo passo do Movimento é pedir ao poder público que iniba a prática de jet-ski na região, pois isso acaba afetando o ecossistema. Pretende-se ainda realizar trabalhos de Educação Ambiental nas escolas, e entre as marisqueiras, pescadores e pessoas que visitam Mojó usando as artes como linguagem.

Ação – As atividades deste sábado, 25, começam às 10h, na Comunidade de Mojó (Paço do Lumiar, com encontro no Sítio de Maria Donato – Montanha Russa), e terá: oficina de desenho, com exibição no Lambe-Lambe; exposição de fotos no varal; exposição das peças artesanais feitas com a fibra da bananeira; replantio das sementes na área mais atingida pelo lixo. Pelo menos 30 voluntários se reúnem para realizar a ação. Os manguezais são áreas úmidas protegidas pelo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012), classificadas como Áreas de Preservação Permanentes (APPs).

O “Movimento Mangue Sem Lixo” é uma iniciativa da Organização Não-Governamental (ONG) Arte-Mojó, da Associação de Trabalhadores Rurais de Mojó e Montanha Russa, Sítio Jiboia, Associação Ambiental Orla Viva e Quinta do Azulejador, com apoio do Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e da Prefeitura de Paço do Lumiar. Os interessados em ser voluntários ou contribuir com doação de máscaras, luvas e sacos de lixo (de preferência biodegradáveis) para realização de outros eventos, podem entrar em contato com os organizadores pelo número 99118-3377, redes sociais @ongartemojo ou pelo e-mail: arte-mojo@hotmail.com.

LITERATURA

Lourival Serejo lança na AIL seu novo livro

O evento literário foi prestigiado por operadores de Direito e acadêmicos



Lourival Serejo fala resumidamente do conteúdo de sua obra

Domingos Cezar

O escritor Lourival de Jesus Serejo Sousa lançou na tarde/noite da última quinta-feira (23), no auditório Vito Milési, da Academia Imperatrizense de Letras – AIL, seu novo livro que tem como título “Literatura no Espelho”.

O evento que cumpriu todas as regras da Vigilância Sanitária, foi prestigiado por desembargadores, juízes, promotores e advogado, além de um expressivo número de membros da AIL, que foram prestigiar o talentoso semeador de livros.

A mesa diretora esteve formada pelo presidente da AIL, Raimundo Trajano Neto, pela vice-presidente e corregedora do Tribunal Regional Eleitoral – TRE, desembargadora Ângela Maria Moraes Salazar, pelo desembargador José Gonçalo de Sousa Filho.

Fizeram parte da mesa junto com Lourival Serejo, a diretora do Fórum da Comarca de Imperatriz, Júlia Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, o secretário de Estado Extraordinário da Região Tocantina, Pastor Luiz Carlos Porto e o advogado Gilson Ramalho.

O presidente da AIL, Trajano Neto abriu a solenidade agradecendo as presenças dos ilustres convidados e em seguida passou a palavra para a acadêmica Maria Helena Ventura, a qual,



Fotos: Domingos Cezar

Autografando o livro para a desembargadora Ângela Salazar e a juíza Ana Beatriz

falando em nome dos confrades e confradeiras, fez uma saudação ao ilustre confrade.

Maria Helena Ventura em sua homenagem destacou a atuação do desembargador Lourival Serejo como presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, mantendo-se vigilante na condução da justiça. “São homens como o senhor que depositamos as nossas esperanças”, concluiu.

Ao apresentar sua obra, Lourival Serejo destacou a persistência do escritor ao escrever com a esperança de que seus livros continuem a semear sabedoria. Observou que grandes livrarias vem se fechando por todo o Brasil, “mas o Maranhão, nesse aspecto ainda resiste”.

Nesse contexto lembrou a editora da AMEI – Associação Maranhense de Escritores Independentes, que continua produzindo bons livros e dando oportunidade a novos autores. Agradeceu ao Governo do Estado, um dos patrocinadores da obra, por intermédio da SECULT.

O autor percorreu ainda sobre a literatura nacional e internacional observando que o Brasil, bem como o Maranhão tem notáveis escritores a exemplo de Aluísio Azevedo, Humberto de Campos, Josué Montelo e tantos outros.

Fora da Pauta

Willian Marinho

williamarinho@hotmail.com

Nova Vara civil

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, instalou, nesta quinta-feira (23), no Complexo Judiciário da Comarca de Imperatriz, a 5ª Vara Cível. A solenidade foi prestigiada pela corregedora e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Ângela Salazar, e pelo desembargador José Gonçalo Filho, que integrou a comitiva do chefe do Poder Judiciário Estadual.

Celeridade

De acordo com o presidente do TJMA, “a instalação da unidade judicial vai garantir celeridade processual num momento em que Poder Judiciário vive um período institucional significativo se esforçando, ao máximo, para atender, com eficiência, as demandas no campo judicial”.

Relevância

Os magistrados presentes na solenidade de inauguração foram unânimes em afirmar que instalação da nova unidade é de máxima relevância para a sociedade de Imperatriz, “fazendo valer o preceito constitucional que todos têm direito à razoável duração do processo”.

Ações

A 5ª Vara Cível passará a receber, de forma proporcional, novas ações que forem ajuizadas, até que os acervos das varas cíveis existentes fiquem equivalentes. Com isso, a prestação jurisdicional ganha reforço nas demandas relativas às questões cíveis, que serão redistribuídos para a nova vara.

Anseios

A juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, diretora do Fórum da Comarca de Imperatriz, destacou a esperança dos jurisdicionados em relação a nova unidade judicial, que vem responder um anseio da sociedade local.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



A disputa geopolítica pela água

Solucionar a questão hídrica utilizando o arsenal jurídico que regulamenta a política de sustentabilidade é hoje o maior desafio do Direito Ambiental no Brasil, onde a disputa pela água tornou-se uma categoria de conflitos que cresce vertiginosamente, num cenário de estresse híbrido, má gestão e desmatamento de matas ciliares, que preservam aquíferos.

O Brasil detém 12% da água potável do mundo. Sua reserva hídrica – considerada a grande fonte natural do planeta – está localizada no território amazônico, que concentra 26% da água doce de superfície. As águas amazônicas representam 68% de todo volume hídrico existente no Brasil. Porém, com a perspectiva da escassez hídrica afetar dois terços do mundo até 2050, o país tem que se mobilizar para criar as condições ideais para que o Século XXI não seja marcado por conflitos violentos em torno da água, um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida. O cenário não é favorável e a abundância de água pode tornar-se uma ilusão no Brasil, que é o quarto maior exportador de águas virtuais do mundo. O país envia cerca de 112 trilhões de litros de água doce ao exterior em contêineres abarrotados de carne bovina, soja, açúcar, café, entre outros produtos agrícolas, que levam embutido um insumo invisível, cujo valor ultrapassa cálculos estritamente econômicos.

A exportação de águas virtuais – ainda que indiretamente – tende a crescer com a escassez global e com o número de conflitos pela água quadruplicando devido ao péssimo gerenciamento das fontes hídricas, cuja escassez deverá afetar, até 2050, dois terços do mundo.

Ao lado do petróleo, a água é o mais estratégico dos recursos. Mas, ao contrário do primeiro, ela não possui formas alternativas, sendo imprescindível para o funcionamento das sociedades. Quase 1,5 bilhão de pessoas não tem água potável no mundo, o que faz com que ela seja vista como um tesouro em razão de sua baixa disponibilidade.

Ao longo da história, os recursos hídricos sempre motivaram disputas. No entanto, o que foi algo em menor grau no passado tornou-se a grande tônica do Século XXI, com um número sem precedentes de disputas generalizadas, envolvendo até mesmo o contrabando de água na Amazônia, fato que foi denunciado pela revista jurídica Consulex.

Navios-tanque estariam retirando sorrateiramente água do Rio Amazonas, com captação no ponto em que ele deságua no Oceano Atlântico. Estima-se que cada embarcação seja abastecida com 250 milhões de litros de água doce, para engarrafamento na Europa e Oriente Médio.

É mais barato tratar águas usurpadas (US\$ 0,80 o metro cúbico) do que realizar a dessalinização das águas oceânicas (US\$ 1,50). Bolsas de água são introduzidas no transporte transatlântico no Rio Amazonas. O tamanho dessas bolsas excede ao de muitos navios juntos.

Captação

Especialistas anunciam que, num período entre 100 e 150 anos, as guerras serão motivadas pela detenção dos recursos hídricos utilizáveis no consumo humano e em suas diversas atividades, com a agricultura.

Soberania

A importância da água poderá ser, num futuro próximo, sinônimo de riscos à soberania dos territórios panamazônicos. Isso significa dizer que o Brasil seria um alvo prioritário numa eventual tentativa de se internacionalizar esses recursos, como já ocorre no caso das patentes de produtos derivados de espécies amazônicas.

Humanidade

A água é fundamental para o futuro da humanidade. Entre 1970 e 1995 a quantidade de água disponível para cada habitante do mundo caiu 37% em todo mundo e, atualmente, cerca de 1,4 bilhão de pessoas não têm acesso à água limpa.

Disputas

A história registra muitas disputas pela água. O primeiro conflito que se tem notícia ocorreu há cerca de 4.500 anos em duas cidades-estados da Mesopotâmia – Umma e Lagash – que disputavam áreas que abrangiam os rios Tigre e Eufrates para irrigação. Esses mesmos rios protagonizam uma tensão entre Turquia, Iraque e Síria.

Controle

Recentemente, a disputa pela

água vem encontrando atuações até de grupos terroristas. No Iraque e na Síria, o Estado Islâmico vem atuando no sentido de tentar controlar algumas fontes de água, pois sabe que isso lhe dará uma maior vantagem em termos geopolíticos e bélicos.

Fronteiras

Em 1967, durante a ‘Guerra dos Seis Dias’, o Estado de Israel – que controla os recursos hídricos subterrâneos em suas áreas e na Cisjordânia – expandiu suas fronteiras e ocupou várias áreas de países adjacentes no Oriente Médio, incluindo as Colinas de Golã.

Tensões

Na África, tensões e conflitos acontecem em torno da posse e controle de recursos hídricos. Na bacia do Rio Nilo, há uma disputa por sua maior utilização por parte de Egito, Etiópia, Uganda e Sudão. O mesmo caso acontece com a bacia do rio Okavango, que abrange áreas territoriais de Angola, Botswana e Namíbia.

Acesso

No continente africano, 44 milhões de pessoas que vivem em áreas urbanas não têm acesso à água. Das que vivem em zonas rurais, 53% (256 milhões) não contam com serviços de abastecimento de água. No total, 62% dos africanos não têm água. No que se refere a saneamento, 46 milhões não contam com este serviço nas zonas urbanas e 267 milhões na área rural. Ao todo, são 313 milhões sem infraestrutura de saneamento.